

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

15 mar 2017 | O Globo

# Ministros reagem com prudência e negam ilícitos

## Alguns citados afirmam que estão à disposição da Justiça; maioria diz ter pedido apenas doações oficiais

-BRASÍLIA- Parlamentares, ministros e outros políticos citados na lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, adotaram um discurso oficial cauteloso ao serem questionados sobre os pedidos de abertura de inquérito. Alguns disseram-se à disposição para esclarecimentos, outros declararam que só se manifestarão após acesso ao teor das delações, e houve quem não foi encontrado ou não retornou.

O ministro Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, informou que não vai se pronunciar. O ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, também optou pelo silêncio até que as informações se tornem oficiais. Ele havia se recusado a comentar o assunto nesta semana após retornar de uma licença médica.

Em nota, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, informou que "não vai se pronunciar sobre suposta menção a seu nome até ter conhecimento do teor do documento". Ele explicou que já pediu, por meio do advogado, o acesso ao conteúdo da delação da Odebrecht nos trechos em que é mencionado.

O ministro das Cidades, Bruno Araújo, afirmou, em nota, que manteve "uma relação institucional" com a Odebrecht e outras empresas para as quais solicitou doações de campanha." E destacou que "o sistema democrático vigente estabelecia a participação de instituições privadas por meio de doações"

Em nota como senador, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), afirmou que "apoia todas as investigações da Operação Lava-Jato e está à disposição para prestar as informações necessárias". "O senador está tranquilo e acredita que tudo será esclarecido", disse em comunicado. Numa segunda nota oficial, como presidente do PMDB, Jucá informou que a sigla apoia as investigações e "reafirma a necessidade de se esclarecer a verdade dos fatos".

O ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, afirmou que defende as investigações, mas "devemos aguardar informações oficiais e ser cautelosos com afirmações de colaboradores, que não são provas. Os atos praticados em campanha foram realizados conforme a legislação."

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)